

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Limites da negociação

Nem bem se encerrava a conferência de Cartagena e os ministros dos países devedores acabavam de retornar a seus países, explodia a nova alta das taxas de juros no mercado internacional. A **prime rate**, continuando sua escalada, está agora a 13 por cento, havendo indícios até de que os bancos mantiveram o reajuste em segredo por alguns dias, tentando evitar uma resposta imediata, sem dúvida com grande repercussão política, dos ministros reunidos na Colômbia.

Não há dúvida de que, como diz o coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, foi apenas por coincidência que o aumento ocorreu agora. Mas em que medida a nova elevação dos juros constitui um indício sério de que a negociação política empreendida em Cartagena nada resolve na questão da dívida externa latino-americana?

Mostra Tarcísio Marciano da Rocha que não há um paralelismo tão grande entre gestos políticos como a declaração firmada em Cartagena e as decisões tomadas pelos bancos. "Levará tempo para que se note qualquer variação de comportamento no sistema financeiro em função da negociação política", admite o coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. Por isso mesmo ele acha cedo para se tirar qualquer conclusão a respeito da elevação da **prime**, enquanto ressalta sua certeza de que a declaração trará efeitos benéficos para os devedores.

O aumento dos juros sublinha, porém, a interdependência do sistema financeiro internacional, reforçada pelo lavar de mãos dos chefes de governo dos sete principais países industrializados. Os bancos enfrentaram contingências que, aplicada a lei da oferta e da procura, conduziram à nova alta. De um lado, há o aumento da procura de crédito, tanto por parte das empresas, com o novo surto de crescimento da economia norte-americana, quanto por parte do próprio governo, manifesto no enorme déficit público dos Estados Unidos. Do outro lado está a política de contenção determinada pelo Federal Reserve, o Banco Central de lá. Só pode dar mesmo uma elevação de juros.

A negociação política em que se engajou o Brasil, porém, não tem como interlocutores os bancos, nem mesmo o pouco permeável Fundo Monetário Internacional, mas os governos dos países desenvolvidos. O FMI, como outros organismos multilaterais, enfrenta limitações por sua própria natureza. Os bancos internacionais não podem ser vistos como seres capazes de grandes vãos políticos, mesmo porque são, por todos os motivos, forçados a atender aos interesses de sua burocracia e, mais que tudo, de seus acionistas. E estes estarão mais sensíveis aos resultados e aos dividendos, na forma prevista pelas leis de seus países, do que à grita de nações que eles nem sabem direito onde ficam.

Nessas condições, a negociação política não virará em primeiro lugar os bancos - que têm a esmagadora maioria de suas operações em outras praças - mas os governos. Estes disporão de meios para atuar sobre a dívida. E nem sempre essa ação constituirá uma pressão sobre os bancos. Poderá exercer-se em outras esferas, notadamente no comércio internacional. Apenas a alta de ontem representará para o Brasil um prejuízo entre US\$ 350 e US\$ 400 milhões, o correspondente a um terço de todo o saldo obtido em um bom mês da balança comercial brasileira. A pressão política serviria, assim, como um antídoto para o protecionismo. Os bancos, de qualquer forma, precisarão sofrer algum tipo de ação, que poderia vir através de modificações nas leis bancárias. Nada disso, contudo, ocorrerá a curto prazo, mesmo porque o pessoal de Cartagena não vota nas eleições lá de cima.

EDUARDO BRITO